

**José Saramago Round Table Discussion**  
**University of California, Los Angeles**  
**April 26, 2002**

**Eduardo Dias:** Boa tarde. Muito obrigado Professor Luzuriaga. Em primeiro lugar eu desejaria, embora seja um pouco repetitivo [em relação] ao que disse o Professor Luzuriaga, gostaria de desejar as boas vindas, as mais sinceras boas vindas a José Saramago, e antecipadamente, agradecer-lhe a oportunidade que nos vai dar de dialogar com ele, e nos esclarecer sobre diversos aspectos de sua obra. Posto isto, desejaria fazer uma brevíssima resenha de sua obra, o que aliás não será novidade para a maioria dos que estão aqui presentes, mas de qualquer maneira isto nos poderá dar algumas pistas, algumas sugestões, para perguntas que lhe poderemos fazer. Começemos pois com 1947. O ano que marcou o aparecimento do seu primeiro livro, o romance *Terra do Pecado*. Escreveu também por este tempo, outro romance, *Clarabóia*, que não chegou a publicar, e então, surpreendentemente, por 19 anos, deixou o romance, em parte, talvez, desmotivado pela falta de acolhimento do público a *Terra do Pecado*. Contudo, não abandonou completamente a literatura, já que prestou frequentes colaborações periódicas. Nos fins da década de 50, começou a trabalhar numa editora [...], o que lhe permite contactos bastante frequentes com as figuras mais destacadas da literatura portuguesa. E com as quais estabeleceu uma boa amizade. Talvez se possa dizer, e José Saramago me pode corrigir se estou enganado, é o que de certa maneira reactivou seu interesse pela literatura de ficção. Em 1955 passou a dedicar-se também à tradução de obras de destacados nomes da literatura europeia, actividade que levou até 1961. Por uns quatro anos penetrou no mundo do jornalismo, assim em 1961 começou a trabalhar no vespertino Diário de Lisboa, um dos raríssimos periódicos que então permitia alguma soma de contestação à política oficial portuguesa de Salazar. Em Abril de 1975 assumiu o lugar de director adjunto do Diário de Notícias, posto que perdeu [devido] aos acontecimentos do 26 de Novembro deste ano. Resolveu então dedicar-se à literatura por tempo [integral]. Foi-se por algumas semanas para o Alentejo para um período de observação que o levou em 1980 ao romance *Levantando do Chão*, o primeiro de grande aceitação pelo público leitor. A década que então se iniciava foi devotada, quase exclusivamente, ao romance, e é durante ela que surgem as suas obras chaves no género, como *Memorial*

*do Convento* de 1982, o primeiro que lhe deu renome mundial, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de 1984, *A Jangada de Pedra* de 1986, e *A História do Cerco de Lisboa* de 1989. Depois, em 1991, apareceu o seu, extremamente controverso, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. É curioso constatar como só por volta dos cinquenta e nove anos se afirmou em pleno como figura de vanguarda na nossa literatura. Os nove anos que mediam entre *Memorial do Convento* e *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, foram o período mais fecundo de sua carreira, ao nível do romance. Não representaram, contudo, de modo algum, uma pausa. E sabemos, pelo que nos disse o Professor Luzuriaga, que continua activíssimo na produção literária em vários géneros. Estes são os fatos em toda a sua secura. Quanto a sua apreciação, trataremos em seguida. Espero portanto, agora vossa intervenção na forma de perguntas dirigidas ao nosso convidado de honra. Muito obrigado.

**Pergunta do público:** Não quero parecer pedante, mas lendo a literatura de José Saramago, senão toda sua obra, várias de suas obras, sempre tive a impressão que lia uma literatura religiosa sem Deus, religiosa sem religião, sem ritos. Então minha pergunta é: esta literatura é essencialmente religiosa por que é essencialmente ética? É uma espécie de mundo infernal, apesar da alegria e do jogo verbal que nos rodeia, é um mundo um pouco infernal que, para mim, traz à literatura, ou revive uma figura retórica que é muito depreciada, ou era depreciada pela crítica, que é a alegoria. Há muito, para mim, de uma alegoria Dantesca, de alegoria de Bosco na literatura de Saramago. Mas tanto em Dante como em Bosco, os personagens que são condenados ao inferno, têm uma culpa, clara, uma culpa individual, que consiste em haver pecado de acordo com certos cânones. Eu pergunto, neste inferno de Saramago, qual é a culpa da humanidade? Como se redimem, ou se podem redimir estas pessoas da culpa?

**José Saramago:** Para começar não está mal. Não há realmente perigo de que questões desta natureza possam fazer parecer pedantes quem as faz. De resto, enfim, as universidades, como nós sabemos, são todas elas um pouco, isto mesmo, pedantes. Há uma linguagem universitária que não pode evitar esta fraqueza. Portanto estamos no lugar próprio para sermos todos mais ou menos pedantes. E eu também vou ser. A sua observação é muito séria e eu diria muito pertinente [...]. É uma observação minha que vem de longe, e que consiste no seguinte: Para se ser um ateu como eu, porque efectivamente sou um ateu, não creio

na existência de Deus, é preciso ter um alto grau de religiosidade. Religiosidade no sentido etimológico. Quer dizer, algo que me liga aos outros. Não quero dizer retoricamente, como liga a humanidade. Isto é muito retórico e às vezes digo que isto a que chamamos Humanidade, e sobretudo quando leva uma letra maiúscula não passa de uma abstração. Então a mim, [o que] me liga é o concreto das coisas. É o concreto da história. É o concreto sobretudo daquela parte que fazendo a história, ou sendo vítima dela, em geral, não consta, não é mencionada na história. Portanto são os fracos, os humildes, os que têm culpa, e no fundo estes são os personagens dos meus livros. Este sentido ético que é outra grande palavra, mas que enfim convém insistir nela aqui, convém insistir neste conceito, e de alguma maneira faz parte do meu próprio sentido de viver. Eu imponho a mim mesmo, exijo a mim mesmo algo que eu chamo de a ética da responsabilidade. Não é sempre cómodo, sobretudo quando se opõe a grupos ou a pessoas, ou entidades que não só ignoram como estão contra qualquer posição cívica que comparte deste sentir de uma responsabilidade, responsabilidade como ética. Quanto à culpa, a verdade é que a culpa é uma invenção digamos do judaísmo, e depois transportada para o cristianismo, nas suas diferentes formas, catolicismo, protestantismo. Sempre temos culpa de qualquer coisa. Na vida social, na vida de todos nós, temos culpas, como temos erros. Não os ratificamos, não nos arrependemos, não pedimos desculpas. Sobretudo não nos corrigimos. Mas a culpa, esta culpa de que sempre falamos, tem sempre conotações digamos metafísicas, religiosas, no sentido mais óbvio, que consiste nisto, ofender a Deus. Quer dizer, não se pode ofender a Deus. Pecar é ofender a Deus. Ofender a Deus é pecar. Aí entra uma questão que se não tentamos resolvê-la, ou resolvê-la cada um consigo mesmo, porque não há soluções que possam convir a toda a gente. A pergunta inevitável é esta: o que é ofender a Deus? O que é ofender a Deus? No Génesis sabemos que Adão desobedeceu a Deus, quer dizer, o que também é um pouco estranho, não é? Poderia comer de todos os frutos, de todas as árvores, menos da árvore da sabedoria do bem e do mal. Creio que se há uma coisa que convém a um ser humano, é exactamente conhecer o sabor dos frutos da árvore da sabedoria, ou do conhecimento do bem e do mal. Bom, a partir daí, a isto chamou-se o pecado original, a partir daí complicaram-nos a vida de uma maneira tremenda. Qualquer coisa [é]: Ah, não pode ser, pecaste! E eu creio que o pecado é realmente uma invenção extraordinária. O pecado é um modo de controlar as consciências. Inventou-se o pecado e, a partir daí, as penitências, vem

isto, vem aquilo, as ameaças do inferno, inúteis, como se viu. O próprio Papa já disse que não há inferno. E que o inferno é não estar bem com Deus. Tanto sofrimento ao longo da história. Tanta inquisição, tanta fogueira, tanto daquilo que sabemos, tanta tortura para chegar a isto, afinal de contas. Durante séculos e séculos, as pessoas tiveram medo de alguma coisa que não existia, é terrível. Mas para voltar aos meus livros. Há esta ideia de que há uma culpa. Há uma culpa, mas há sobretudo uma responsabilidade. Quer dizer, não satisfazer esta responsabilidade, do meu ponto de vista, é o que constitui a culpa. Não a culpa no sentido teológico, mas sim esta outra culpa de que a responsabilidade seja a que vivemos em comum, se não a acatamos, e se não a cumprimos, isto sim é a culpa pior. No caso de *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, quando José leva o menino Jesus e a mãe para o Egito, não tendo tido a atitude natural que seria bater na porta dos vizinhos e dizer, “levem vossos filhos, escondam vossos filhos porque eu tive um sonho em que me apareceu um anjo que diz que os soldados de Herodes vêm matar as crianças,” e não fez. E isto é uma culpa por não ter atendido humanamente àquilo que seria a comunicação com o vizinho para impedir uma morte inútil, como todas as mortes daquele momento foram inúteis, porque se tratou de matar, de serem assassinadas vinte e tantas crianças segundo os dados estatísticos calculados sobre a importância da cidade, da vila, da aldeia neste tempo. Seriam vinte e tantas crianças do sexo masculino até os treze anos de idade, e estas crianças são mártires de uma religião que ainda tinha que esperar trinta anos para nascer, imagine-se. Os meus livros reflectem de fato, eu creio que os meus livros reflectem ou talvez queiram reflectir uma coisa que eu chamaria de a dor do mundo. A dor do mundo. E é certo que nos últimos tempos recorri a um género que parecia esgotado, mas que provavelmente não está tão esgotado quanto se julga, que é a alegoria. É uma alegoria *O Ensaio Sobre a Cegueira*, é alegoria *Todos os Nomes*, é alegoria *A Caverna*, ainda por cima baseado numa outra alegoria, num mito platónico, *A Alegoria da Caverna*. E é de alguma forma também alegoria, o romance em que estou a trabalhar agora. Então, é isso. Mas no fundo, isto é uma preocupação de um cidadão, simplesmente. É muito comum perguntar ao escritor qual é o papel social dele, qual é o papel que ele considera ter como escritor. E eu digo sempre, como escritor não tenho um grande papel a desempenhar, agora como cidadão sim, tenho. Se o cidadão é escritor, então eu tenho um instrumento estupendo para fazer valer minha intervenção de cidadão. Mas para um e outro seria um erro, e creio que não caio neste

erro. Creio ter respondido mais ou menos às suas questões.

**Pergunta do público:** Muito obrigado por vir à Califórnia. Tenho uma pergunta sobre o que acha o senhor sobre a onda de conservadorismo que está passando pelo mundo todo, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, especificamente na França hoje em dia. E também onde fica a esquerda, e como ressuscitar a esquerda? Obrigado.

**JS:** Eu creio ter a resposta para esta pergunta, o que me parece muita ousadia minha, tendo em conta de que se trata de um assunto sobre o qual eu não posso ter a pretensão de ter ideias novas ou diferentes. Mas neste caso, creio que pelo menos para mim é bastante claro. E eu resumiria a resposta desta maneira. Quando a esquerda faz o trabalho da direita, chega sempre um momento em que a direita diz à esquerda, “já não é necessária.” E isso foi o que, nos últimos vinte anos pelo menos, a esquerda fez em toda a parte: fazer o trabalho da direita. Como é que isto se justifica, como é que se argumenta esta tese, digamos assim. Eu creio que é bastante fácil. Não falo dos Estados Unidos, claro, porque enfim eu não conheço suficientemente bem a situação aqui, quer dizer, creio conhecer a situação atual. Interrogo-me sobre como é que se chegou a tal situação. Embora, também provavelmente não fosse muito difícil. Mas tomo o exemplo da Europa. No caso da Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, desenhou-se este projecto de uma Europa unida, e esta Europa unida, no fundo, teve talvez uma intenção de reorganização política da Europa, ou de conciliação dos conflitos através de uma situação em que as distintas partes podiam dialogar e chegar enfim à solução dos conflitos existentes através do espaço que seria o espaço comunitário. Mas eu creio que isso tinha uma espécie de pecado original. E o pecado original consistia logo de princípio no seguinte. Vamos reorganizar a economia da Europa. Como sabemos, a economia não tem corpo político. E sobretudo aquela economia que chamamos, simplificando talvez, de macro-economia. A macro-economia não tem corpo político. E sua condição está nas mãos, digamos, daquilo que cada vez se tornou mais claro ser o poder económico transnacional, que como sabemos também não tem ideologia, não tem corpo político, e apenas está preocupado com a boa marcha dos negócios. Como os negócios não têm ideologia, são eles o critério que valoriza ou desvaloriza as situações. Vamos imaginar uma situação a partir daquela que existe já hoje na Europa. Praticamente todos os países têm neste momento um governo de direita. Mas mesmo que tivessem de

esquerda, e há dois que ainda têm, pelo menos dois, o Reino Unido e a Alemanha. Também, é preciso perguntar que espécie de esquerda é essa. Quer dizer, aquilo que resta como esquerda, com o rótulo de esquerda não fez mais ao longo deste tempo, como eu disse, que fazer o trabalho da direita. Blair é uma Margaret Thatcher mais sorridente, mais simpática. E o senhor Schoder, digamos, na Alemanha, é o chamado social-democrata que é sobretudo preocupado com a conciliação de qualquer coisa que neste momento se tornou tão evidente, que chega a nos parecer incrível como não se nota. Quer dizer, a conciliação entre o poder económico e o poder político que se fez nas costas das pessoas. Explico bem melhor: actualmente os governos são comissários políticos no poder económico, são os comissários políticos do poder económico. Os governos de hoje, não mandam rigorosamente nada. Preparam o terreno para que a acção da economia mundial não encontre obstáculos, como seriam em alguns casos os sindicatos. O que aconteceu aos sindicatos? O sindicalismo desapareceu, não conta, não tem importância nenhuma. Quer dizer, aquelas entidades que reuniam os trabalhadores e os defendiam dos diversos tipos de atentados contra a segurança no trabalho, contra a duração do posto de trabalho, contra as condições. Tudo isto desapareceu completamente. Nos Estados Unidos sabemos que desapareceu há muito tempo. E na Europa está a desaparecer velozmente. Então encontramos-nos numa situação em que... e agora não estou preocupado com a definição exata das diferentes facções políticas. Na Europa, nas últimas eleições, em França um partido que é um dos mais reaccionários que se pode imaginar, que é o Front National do Senhor LePen tem 16% e algo de votos. Em cada cem franceses, dezesseis votaram nele. O partido comunista, o velho partido comunista teve 3%. Em cada cem franceses, três votaram nele. E o partido socialista teve a queda que teve. Então temos neste momento uma Europa à direita, Portugal, Espanha, França, Itália e provavelmente Alemanha, e provavelmente neste movimento acontecerá a mesma coisa no Reino Unido. E o que não podemos ignorar, em França, deram-se manifestações enormes, depois do que aconteceu. Mas me parece completamente inútil fazer este tipo de manifestações. O senhor LePen ganhou com votos supostamente democráticos. Foram os cidadãos que os votaram. Imaginemos que tinha ganho com 52%. Os 48% restantes tinham realmente o direito de protestar contra esta vitória? Não tinham. Não andamos a falar tanto da democracia, simplesmente isto a que chamamos democracia veio a ser um fantasma que não tem consistência nenhuma. Se os políticos

não mandam, se quem governa são as multinacionais. As multinacionais não são democráticas. Nunca ninguém votou num conselho de administração de uma multinacional. E são elas que mandam. Portanto, estamos a precisar, com a independência dos conceitos, ou das práticas, esquerda, direita, esquerda, direita, do que estamos a precisar de fato, é um grande debate sobre a democracia. Saber se isto que continuamos a chamar de democracia existe de fato. Para mim não existe. É uma fachada que continuamos a ter as instituições, os partidos, os parlamentos, os tribunais, o governo, tudo está aí. Mas por trás desta fachada não há nada, ou há muito pouco. Então o que vamos fazer? Pergunto-me a mim o que se há de fazer? Isto é uma pergunta que temos que fazer todas as manhãs quando acordarmos. E à noite quando formos para a cama, perguntarmos se fizemos alguma coisa para mudar isso. É uma questão de cidadania. Mas que a situação é grave, é muito grave. A esquerda em geral, está a fazer a travessia do deserto. Vai ter cada vez menos importância. Claro, depois temos aquela ingenuidade de pensar que, se houver uma crise económica mundial, a esquerda vai se encontrar outra vez. Mas então que esquerda é esta, que necessita uma crise económica mundial para gerar ideias próprias? Esse é o nosso drama. Não temos ideias. E ainda há quarenta anos ainda as tínhamos. Há menos de quarenta anos tínhamos ideias que pareciam ir durar, pareciam frutificar por muito tempo. Pois agora nos encontramos com as mãos vazias. Em 1968 em Berkeley, e em Paris e em grandes outras partes do mundo, toda a gente achava que ia mudar a vida. Pois, os outros mudaram-nos a vida, os outros mudaram-nos a vida. E nós não tivemos a capacidade, nós, digo as pessoas com um pensamento e uma acção de esquerda. É que ninguém é obrigado a ser de esquerda. Atenção! Simplesmente aqueles que o eram, que continuam a ser têm que reconhecer que pecaram. De alguma forma traíram suas próprias responsabilidade quando passaram a trabalhar para o adversário. Este é o drama. Nos Estados Unidos não é assim, porque nos Estados Unidos estão todos no mesmo sítio. Todos, refiro-me aos políticos.

**ED:** Quero levantar aqui uma questão que sempre me intrigou, desde que vi, salvo eu, numa entrevista que concedeu a um jornal brasileiro, que a temática de suas obras foi muito frequentemente inspirada por qualquer incidente passageiro, por qualquer visão fugidia. E que além disso, o livro se gerou primeiro por um título, e a partir deste título, é que se desenvolveu todo o andamento da obra. Eu gostaria que José

Saramago fizesse algum comentário sobre isto.

JS: Eu estava a falar do último livro publicado [*A Caverna*], é possível, só digo que é possível. Não estava lá para ver, é possível que tenha sucedido a mesma coisa ao Platão. Que ele pensou numa caverna, e ele partiu do fato físico da caverna, para, digamos, a alegoria poder acontecer. Eu acho que, eu não sei como, enfim, cada pessoa tem seus próprios hábitos de trabalho, tem suas próprias maneiras de pensar, os seus sistemas de pensamento, para chamar-lhes assim. E eu tenho uma ideia, uma convicção muito profunda, mas que de científica não tem nada, que é de que nós temos dois pensamentos. Um pensamento, que é aquele que nós fazemos ao trabalhar, que é aquilo que nos permite ver, a pensar nisto, e um outro pensamento subterrâneo que trabalha por sua própria conta. É possível, não sei se é assim, e talvez não seja exactamente como eu digo, mas talvez não esteja muito longe da verdade. Pode acontecer, e no meu caso acontece, que este pensamento subterrâneo, ou esse segundo pensamento que trabalha nas camadas mais profundas, de vez em quando sobe à superfície do outro, sobe à superfície onde está o outro. E aí dá-se como uma espécie de iluminação. A pessoa é surpreendida por algo em que não estava a pensar. Em que não estava a pensar com o tal pensamento de cima, mas que sem saber estava a pensar com o pensamento de baixo. Dou o exemplo com o nascimento do livro que se chama *O Ensaio Sobre a Cegueira*. Eu estava num restaurante, portanto num lugar menos propício à especulação intelectual. Estava simplesmente esperando que me trouxessem a comida. Portanto se alguma parte do meu corpo devia estar preocupada devia ser o estômago, porque era hora de satisfazê-lo. E de repente, nasce dentro de mim, cria-se dentro de mim uma pergunta: e se nós fôssemos todos cegos? E imediatamente eu próprio fiquei surpreendido com aquela pergunta. E se nós fôssemos todos cegos? Mas isto já foi o trabalho do pensamento de cima, no fundo, quem tinha perguntado isto, foi o pensamento de baixo. E o pensamento de cima, consciente, respondeu: mas nós somos todos cegos. E o livro nasce daí. O livro que se chama *O Ensaio Sobre a Cegueira*, e alguns dos que estão aqui conhecem, nasceu desta maneira. Aqui não nasceu com título, às vezes nasce. Nasceu com o título, por exemplo, *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. E nasceu numa ilusão de óptica. Estávamos em Sevilha, [minha esposa] Pilar e eu. Ela estava a trabalhar na rádio, tínhamos combinado a encontrar-nos, e eu atravessando uma rua de Sevilha para ir encontrarme com ela. E atravessando a rua na direcção de um posto de venda de

jornais, nesta confusão de revistas e tudo isto que estava exposta, quando atravessava a rua, olhando em frente, li em Português, nem sequer em Espanhol, e posso assegurar-lhes que isto não é uma história que eu possa ter depois inventado. Isto foi assim de fato que aconteceu. Eu tenho um certo humor, mas não faço humor com as coisas sérias. E isto é sério, aconteceu. Eu li, e mais ainda, li com letras muito maiores do que aquelas que poderiam estar neste material impresso, li *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, em Português. No atordoamento dos carros que passavam, porque enfim eu estava a atravessar num lugar onde não devia, convém sempre fazer as coisas nos lugares onde não se deve. E eu passei além do tal quiosque de jornais, parei, e disse comigo mesmo, aquilo que eu julgo ter visto, ou que vi, não pode estar ali, é impossível. Voltei atrás para certificar, e de fato não estava lá *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Brincando um pouco com esta ideia, eu depois dizia, conversando com a Pilar e com amigos, eu dizia realmente foi Deus quem quis que eu escrevesse este livro, mas se foi, vai se arrepender. E foi assim, outra vez o embrião de um longo romance com mais de quinhentas páginas que nasceu simplesmente de uma ilusão de óptica. Em todo caso, eu naquele momento não sabia o que fazer, e pensei naquele momento um pouco talvez sobre um conto, um relato, ou uma coisa assim, mas deixei andar, e passaram meses. Um dia, estando em Itália, na Pinacoteca de Bolonha, e passando de uma sala a outra, de repente desenhou-se toda a história que eu queria contar. É certo que as coisas sucedem assim, e sucedem assim por uma outra razão. É que eu não me sento nunca para pensar num livro para escrever. Em momento nenhum da minha vida, tendo terminado um livro, agora que livro é que vou escrever, talvez este, talvez aquele, ou o tema, o assunto, não, isto não. Não, faço uma coisa muito mais simples, que é a de ficar a espera que me apareça uma ideia. E isto não significa que haja uma grande dificuldade que apareçam. O que tem que acontecer é aparecer uma ideia que eu sinta que é aquela que estava nascida. E talvez isto explique porque que os meus livros não se repetem. *O Manual de Pintura e Caligrafia*. Estou a falar de romance, evidentemente, que ao longo destes anos, que o Professor Dias disse foram mais férteis no meu trabalho, e também depois, creio que a fertilidade ainda não se acabou. Digamos, há sempre está ideia de que terminado um assunto, eu fiz nele tudo o que podia. E não vale a pena fazer glosas daquilo que foi dito, nem repetições, nem ir procurar coisas mais ou menos parecidas. Não, cada livro que começa é escrito e depois acaba, e depois fico à espera que apareça uma ideia. Pode levar semanas, pode levar

meses, e neste último caso, já tinha passado mais de um ano, e eu dizia para a minha mulher, dizia para a Pilar, isto acabou, já não tenho mais ideias, não vai haver, preparemos para o silêncio. E ela diz, não, não creio que seja assim, porque tu estás absolutamente insuportável. E isso costuma ser sinal de que não tarda aí que apareça uma ideia. E de fato, pouquíssimos dias depois, quatro ou cinco dias, eu estava a fazer a barba, e de repente, passa um coisa. *O Homem Duplicado*, assim se chama o romance em que estou a trabalhar. *O Homem Duplicado*. Então quero dizer, para encerrar, que no fundo, eu creio que as ideias andam aí flutuando, e que não vale a pena, pelo menos neste caso da criação literária, não vale muito a pena andar à procura delas, cansar-se uma pessoa à procura delas. Chega um momento, pode chegar, ou chegamos num momento em que tropeçamos numa ideia dessas, então nos damos conta de que aquela é que é a ideia. Mas ela já andava aí, ou então não andava aí, andava aqui, o que também é outra forma de andar ali. Parece simples, mas quando se vai ver não é tão simples. Pelo menos não tem como sentar a bater com o punho na cabeça porque não vem uma ideia. Simplesmente espero que ela chegue.

**Carlos Quícoli:** Pegando pelo lado da cegueira. A pergunta é, quem são cegos? A resposta, somos todos nós. Mas o que é que não se vê? É uma cegueira física? Certamente não. Cegueira moral? O senhor pode comentar sobre isto?

**JS:** Há um velho ditado, em Português, em Portugal, que provavelmente é equivalente em todo o mundo, e que diz simplesmente isto: “o pior cego, é aquele que não quer ver.” Se o pior cego é aquele que não quer ver, e se nós vivemos num tempo em que efectivamente não queremos ver as coisas, não queremos ver a realidade do mundo. Então, transformamo-nos de facto em cegos. E não só nos transformamos em cegos, transformamo-nos nos piores cegos, naqueles que não querem ver. Quando os cegos são cegos porque não querem ver, pode suceder justamente aquilo que sucede em *O Ensaio Sobre a Cegueira*. Quer dizer, a perda da visão, que é evidentemente metafórica, as pessoas não estão cegas. Eu falo de uma cegueira branca, de qualquer coisa que impede de ver as coisas. E no fundo, essa cegueira é simplesmente a metáfora da razão. Digamos, de uma razão, porque é claro, toda a gente procede de acordo com a razão. O ser humano é um ser racional. Usa a razão para fazer isto, aquilo e aqueloutro, as coisas boas, as coisas más, e as coisas péssimas. A razão é usada indistintamente para isto, ou para

aquilo, ou para aqueloutro. Digamos, devemos comportarmo-nos racionalmente, é inútil dizê-lo, porque todos nos comportamos racionalmente. Claro também por impulsos, também por emoções, também por tudo isto. Mas quero dizer, quando deliberamos qualquer coisa, se eu delibero agora tirar daqui uma pistola, e dar um tiro no Professor Eduardo Dias, coisa que não me passa pela cabeça evidentemente, sou movido porque talvez ele um dia me fez qualquer coisa mal feita, e que quero vingar-me, o que não é certo, o que não foi certo, mas também naquele momento eu quero matá-lo. Portanto, é uma decisão, tomei esta decisão. E isto liga-se outra vez, provavelmente porque há uma certa coerência no meu trabalho—há uma coerência entre a pessoa que eu sou e o meu trabalho, que é de pensar o mundo, e pensar o mundo é pensar-nos a nós próprios. Nós somos o mundo. Se quando amanhã, a espécie humana desaparecer, e diga-se com toda a franqueza que não me importaria nada desaparecer com a espécie humana, porque de fato, nós não valem a pena. Não valem a pena. É que realmente não valem a pena. Fazemos o mundo aquilo que ele é, para isso, nenhum enxame de abelhas faria do mundo aquilo que ele é. Nenhum formigueiro faria, enfim os animais não fariam do mundo aquilo que ele é. Matar-se uns aos outros para comer, viveriam assim, mas o mundo seria um lugar de paz. E o mundo não é um lugar de paz. Ora, não é por nós usarmos a razão que o mundo se transforma num lugar de paz, porque o mundo está transformado num lugar de guerra e de tudo aquilo mais que quisermos pôr-lhe, também por causa da razão. Uma razão negativa, digamos, uma razão que está contra a vida, sobretudo contra a vida dos outros. E uma outra razão que defenderia a vida, se tivesse forças para isto, que não é capaz de organizar-se racionalmente, ou como queira para defender a vida, e que está sem saber como, como pode agir. E o mundo a transformar-nos todos, mais ou menos, não direi todos, mas certamente uma maioria, uma esmagadora maioria, está a transformar-se, poderíamos dizer, que somos vítima da situação atual. Só que parece que nós reparamos que, ao mesmo tempo que nós somos vítimas, muitos de nós somos também cúmplices desta mesma situação. A vítima é cúmplice da própria situação em que se encontra, e cúmplice daqueles que o colocaram nesta situação. *O Ensaio Sobre a Cegueira* é no fundo uma reflexão sobre isto. O que acontece se perdemos a razão? Há outra? A razão que defenderia a vida, então instala-se não o caos, porque o caos é outra coisa, mas instala-se realmente a tragédia, porque—e aqui neste caso peço-lhes licença para chamar a atenção para este ponto—toda a organização do

mundo está ciente do fato de que nós temos órgãos de visão. Vemos. Se nos tornássemos todos cegos, o mundo em vinte e quatro horas seria o caos completo, mas mesmo nós conservando a visão, acontece que o mundo está de fato a tornar-se no caos, porque a outra, a tal outra visão, aquela que permitiria defender a vida, protegê-la, viver dignamente, permitir que os outros vivam dignamente, como isto não está a suceder. E o que está a suceder é exatamente o contrário. Então há de fato uma cegueira instalada no mundo, que eu traduzi metaforicamente nesta cegueira branca. Curiosamente, e isto alguma coisa significa, *O Ensaio Sobre a Cegueira* é um dos meus romances de mais êxito. É um romance difícil de ler. Há leitores que não conseguem levar o livro até ao fim, porque o livro é de uma violência tremenda. E alguns até se me queixam: como é que você, que é tão boa pessoa, escreveu um livro daqueles? A minha resposta é sempre esta: mas, então você aguenta o mundo tal como ele é, e não aguenta a leitura de um romance? O problema é que somos mais sensíveis a um romance que tenta dizer como está o mundo, mais sensíveis a isso do que à realidade do próprio mundo. É outra forma de cegueira.

**Pergunta do público:** Ao princípio você disse que como escritor não há responsabilidade, mas como cidadão sim.

**JS:** Eu não disse que não tinha responsabilidade como escritor. Eu não disse exatamente isto. Eu disse que nunca se nos pergunta qual é a responsabilidade de nós como cidadãos. Mas perguntam sempre qual é a responsabilidade do escritor. E aquilo que eu pretendo esclarecer é que como escritor, só como escritor, enfim, não há uma responsabilidade para o escritor. Há uma responsabilidade para o cidadão, que é escritor, como há responsabilidade para todos nós. Faça sua pergunta. Só para esclarecer.

**Pergunta do público:** Qual é a relação do escritor com seu público? Então, quem é o público? E por exemplo, como é diferente o público dos textos de Saramago e dos textos do Subcomandante Marcos de Chiapas. Porque são públicos. Porque finalmente o escritor tem isto, tem um público, tem uma forma de chegar à gente. Então como entende Saramago o público, e qual são os diferentes públicos?

**JS:** Vamos ver. Os públicos não são separados. Eu ficaria muito triste se o público de Marcos, para usar o seu exemplo, não fosse também o

meu público. Ou que uma parte do público de Marcos não fosse também uma parte do público, para chamar assim, do José Saramago. E tenho uma impressão de que o Marcos não gostaria nada que uma parte do público do José Saramago não fosse também dele. Então não há públicos separados. Público de Marcos, público de Saramago, públicos... não há. Digamos que há dois grandes grupos, um que gosta de Marcos, e outro que não gosta. E com certeza haverá dois grandes grupos, um que gosta do Saramago, um que não gosta do Saramago, mas naquilo em que estão de acordo, no gostar, no não gostar, não significa que tenham necessariamente de gostar só dum. Há uma área onde nos encontramos umas quantas pessoas. E de alguma maneira, pode-se dizer que de certa maneira há um público, que é um público partilhado. Agora a relação com o meu público, ou com os meus leitores como eu prefiro dizer, se eu julgo, se eu posso julgar pelos testemunhos que me chegam, quer de encontros diretos, quer de correspondência, que me chegam centenas de cartas. Então eu creio ter podido chegar a uma conclusão muito agradável para mim. E oxalá seja certa! É de que esses leitores, além de gostarem daquilo que eu escrevo, gostam da pessoa que eu sou. E isso é o melhor a que se pode chegar. Então creio que há entre mim e meus leitores uma relação de afecto. Podem não conhecer-me. Muitos deles nunca me viram, mas sabem, e eu não gostaria nada de defraudá-los nessa experiência, nessa expectativa, de alguma maneira sabem que podem contar comigo. E que eu creio que pelo menos até hoje não os defraudei. É uma relação que não é só autor/leitor. O leitor é uma pessoa, o autor é uma pessoa. Acontece que um escreve e o outro lê. Mas encontram-se, podem encontrar-se nesta coisa tão simples de que um e outro são pessoas.

**Claude Hulet:** Já estamos na área dos livros que me interessam tremendamente. O senhor já explicou como é que seleciona os assuntos que vai tratar nos seus livros. E já tratou também do público a que se dirige quando escreve seus livros. Mas a confecção [criação] também me interessa num outro aspecto, que é qual é o procedimento que utiliza uma vez que tem o título do livro, uma vez que tem o assunto do livro, e uma vez que vê o público a que se vai dirigir. Qual é o procedimento que utiliza para desenvolver esta obra?

**JS:** Vamos ver. Se um escritor tem uma ideia... Não vamos falar agora dos escritores em geral, porque eu não sei o que se passa com os outros. Se eu tenho uma ideia para um livro, esta ideia consiste no fundo, mais

ou menos, para encontrar algo de semelhante entre a realidade e o que eu quero dizer, imaginemos que eu quero ir de Los Angeles a Santa Bárbara. Então, a princípio, tenho em conta a rede de auto-estradas de que dispõe a Califórnia, pois parece que tenho que ir pela auto-estrada. Mas também poderia ir, suponho eu, de avião, e podia ir andando, não é? Levaria mais tempo, mas chegaria. Poderia ir em linha recta, mas poderia escolher um caminho tão complicado que iria primeiro a São Francisco e depois é que iria a Santa Bárbara. Então, a ideia de um livro no fundo é chegar a Santa Bárbara. Agora como é que ele vai chegar a Santa Bárbara, aí já é mais complicado. O autor pode ter umas quantas ideias, mas que no fundo essas ideias esses fragmentos, essas possibilidades de desenvolvimento de um aspecto particular do tema, no fundo isto não enche demasiadas páginas. Não enche muitas páginas. Não é que o autor esteja preocupado em fazer um livro comprido, longo. Enfim, o livro tem que se manter de pé, e para manter-se de pé precisa de palavras. Ora, é muito corrente dizer que a partir de uma certa altura as personagens libertam-se, e portanto passam a fazer o que querem. Não é evidentemente assim. No fundo, a personagem é como um papagaio [kite]. A personagem é como uma "kite" que anda lá por cima, e que à primeira vista, e sobretudo de longe, supõe-se que é autónoma, porque o cordel que a liga cá abaixo não se vê sequer. E tem de fato, tem esta aparência de liberdade. Move-se, sobe-se, desce com o ar e tudo mais, mas ele está controlado cá embaixo. Com a personagem sucede exactamente a mesma coisa. E com este caso particular eu quero dizer que a personagem não pode fazer nada contra si própria. Que vá contra sua própria lógica. E é aí que o autor deve estar atento. A única coisa que o autor tem de fazer é: primeiro, tem que saber o que quer dela, e segundo, tem de levá-la a fazer coisas, actos, ter emoções, ter pensamentos que sejam coerentes com a própria figura com que ela se apresenta no complexo da acção. Para isto, bom, eu normalmente costumo explicar uma situação destas, vamos imaginar que eu estou a escrever um romance, e que escrevi quatro capítulos. E que tenho uma ideia que me apareceu já, que pode ser, ou poderia estar mais adiante, no sétimo, ou no oitavo ou décimo capítulo. E a ideia é tão boa, tão boa, acho eu que é tão boa, que me apetece desenvolvê-la já. Eu nunca faria isso. E nunca faria isso porque tenho esta outra ideia de que cada palavra necessita da palavra anterior. E que é de palavra em palavra que vamos chegando àquilo que de fato vai importando em cada momento. Porque se eu escrevi até aqui, e agora vou escrever algo que vai ficar aqui, como é que eu posso ter

isto e isto, se isto que está aqui eu só escreveria dentro de dois ou três meses. E vou escrevê-lo agora. Digamos, como é que eu posso permitir-me, sem ter vivido, no sentido experiencial da palavra, porque viver o próprio texto que se vai desenvolvendo sem ter vivido o que está daqui a aqui, eu posso escrever aquilo que vai estar ali. Completamente impossível, impossível para mim, evidentemente. É por isso que eu digo que o romance meu cresce como uma árvore. A árvore não pode, quando tem ainda esta altura, criar um ramo que vai ficar cá em cima. Tem de crescer tudo aquilo para que o tal ramo tenha o seu lugar no seu lugar. Então é principalmente esta ideia de que o romance vai se fazendo, vai se construindo palavra a palavra. Eu não sou capaz, nunca o fiz, e nunca o farei, estou certo, de escrever oitenta páginas para depois fazer delas duzentos e cinquenta. Ou duzentos e cinquenta para fazer delas quinhentas. Quer dizer, desenvolver não. Os meus romances crescem palavra a palavra, e nunca, nunca digo este capítulo está demasiado curto, ou este capítulo está demasiado extenso, ou tenho de meter outro capítulo no meio. Ou tirar um capítulo que de repente me parece que não tem nada que fazer ali. Não, o romance cresce, simplesmente, o romance cresce. E não é que não tenha defeitos. Uma árvore também tem, digamos, seus defeitos. De vez em quando sai-lhe uma coisa que parece que não devia estar ali. E na lógica da árvore devia, mas enfim, há que podar a árvore também para que ela não pareça menos bonita do que poderia ser. É o que queria dizer.

**Luis Daltro-Schram:** Vou fazer uma pergunta não literária. Uma pergunta política.

**JS:** Não é a primeira.

**LD:** No prefácio para o livro do Subcomandante Marcos, o senhor, citando Montesquieu, menciona o estranhamento do que o senhor chama de O Persa, O Outro. Particularmente me irrita quando eu ouço Europeus, de vários lugares da Europa, falarem dos imigrantes como um problema muito sério, como se eles, os europeus, não tivessem plantado toda uma estrutura de subdesenvolvimento em países africanos, como mostra Walter Rodney no livro dele, em que ele fala como a Europa subdesenvolveu a África. Essas coisas são colocadas como se a Europa não fosse responsável pela imigração. Então minha pergunta é, se o senhor, enquanto homem europeu, se o senhor vê alguma solução prática para o chamado problema dos imigrantes na

Europa. E eu faço esta pergunta porque a presença de imigrantes na Europa hoje é usada como uma desculpa pela direita conservadora europeia, como uma desculpa para se ser conservador.

**JS:** Esta desculpa não é só de agora. Enfim, esta desculpa de que o imigrante, ou aquele que vem de fora, ou quer que seja a causa que se apresenta para justificar determinadas linhas políticas, não é de agora. Mas o que há aqui em tudo isto, é um problema de má memória. É um problema de má memória no sentido em que todos imigramos alguma vez. Todos imigramos alguma vez. Nos anos 60, a segunda maior cidade portuguesa era Paris. Quer dizer, em nenhuma outra cidade, excepto em Lisboa, havia tantos portugueses como em Paris. Imigramos, ou imigraram por não terem o que comer. Por não terem condições para viver no se próprio país, muitos clandestinamente, muitos deles. Alguns morreram afogados no rio que separa a Espanha da França. Da mesma maneira que estão a morrer afogados... ainda ontem, na ilha onde nós vivemos, morreram dezessete africanos. Morreram afogados porque o barco em que iam chocou contra uns recifes e morreram afogados. A questão, tudo isto tem que ser dito de uma maneira simplificada, é que quando o centro não vai à periferia, a periferia mais tarde, ou mais cedo, vai ao centro. E isto é o que está a acontecer neste momento. O que estou a dizer é o seguinte, a solução para os problemas da imigração [. . .] é que aqui há dois aspectos: por um lado queixam-se da chegada dos imigrantes, e tiram daí todas as consequências que nós sabemos, todos efeitos que nós sabemos; e por outro lado dizem, até na Espanha, até na conservadora Espanha e noutros países, dizem que os imigrantes são necessários por causa da demografia. Que os espanhóis estão a fazer poucos filhos. E para, dentro de vinte anos ou trinta anos, a população da Espanha não ser uma população de velhos, venham os imigrantes fazer filhos. Supõe-se nas suas próprias mulheres, mas também nas mulheres, não quero dizer dos outros, mas nas mulheres da Espanha. Então quer dizer, há que saber o que se quer. Mas para continuar com o meu raciocínio, a única forma de resolver o problema da imigração, mas isso ninguém está interessado em fazer, é desenvolver os países donde as pessoas são obrigadas a fugir porque as pessoas não podem viver lá. O pecado maior do colonialismo, que tem muitos pecados, evidentemente, o pecado maior foi esse, foi fazer do colonialismo o método para certa exploração, sem fazer o possível para que o país colonizado acertasse, vamos pôr a questão assim, acertasse tanto quanto possível o passo com o país colonizador. Se a

África, para falar só dela, tivesse sido desenvolvida, pois agora, quem é que quereria sair de lá? Pensei nas guerras, mas as guerras seriam motivo para outro debate, uma vez que sabemos que muitas das guerras que nos últimos cinquenta anos se travaram no continente africano foram guerras interpostas por entre eles, quer dizer, Estados Unidos e a União Soviética, Bélgica, França e tudo mais. Tinham ali gente que se matariam uns aos outros para defenderem interesses que não eram os deles. Isto nós sabemos. Então o que é que se faz? Não se pode transformar a Europa numa fortaleza. Porque há contradições internas. Na Alemanha, há ruas, há bairros inteiros que são turcos. E não há maneira nenhuma de tirá-los de lá. Porque nem a própria Alemanha quer tirá-los de lá, porque são importantes para a economia da Alemanha. O que acontece é que... casos como o dos Estados Unidos, que é um caso estranhíssimo, que recebe tudo quanto chega, e transforma tudo em norte americano. Esse é um prodígio, provavelmente involuntário, que acontece talvez pela própria grandeza do país, pelo próprio tamanho do país. E a esta questão, é que eu creio que cada imigrante que chega aqui quer ser norte americano o mais rapidamente possível. E para se ser norte americano o mais rapidamente possível tem que mostrar-se mais norte americano que os norte americanos. E isso permite, até agora, que comunidades inteiras que estão aqui, que são cidadãos de segunda, de terceira, ou de quarta, porque no fundo são, se consideram tão norte americanos como os outros, os que estão legalizados, evidentemente. Agora, como é que se resolve esta situação em relação à Europa? Bom, vai ser muito duro, ou talvez não seja tanto, porque como há muita hipocrisia na política, vão ter que levar em conta também os fatores econômicos e demográficos. Porque se a Espanha... há tempos houve no sul da Espanha, na Andaluzia, num local chamado Ejido, umas manifestações de racismo tremendas, de xenofobia tremendas. Pilar, que é jornalista, foi lá, e é testemunha daquilo que aconteceu. Em que gente que vive ali, que teve que imigrar— por isso é que eu falei primeiro da má memória—, espanhóis andaluzes, que viviam miseravelmente, e que por isso tiveram de imigrar, e que ganharam a sua vida com as mudanças das circunstâncias económicas, dos processos de cultivo e tudo mais, tornaram praticamente a mão de obra, dá vontade de dizer [mão de obra] escrava, os marroquinos que vinham do norte da África, quer dizer, os pais deles, ou os avós deles, tinham sido escravos de certo modo, tinham sido mal tratados, desprezados, humilhados em França, em Luxemburgo, em toda a parte por onde andaram. A má memória,

agora já somos ricos, no fundo é isso, agora já somos ricos. Portanto, não importa nada que tratemos os outros como nos trataram, não a nós, mas aos que vieram antes de nós, pais ou avós. E este é o ser humano. Por isso que eu, há um bocado, dizia que se desaparecêssemos todos, não faríamos falta nenhuma.

**Pergunta:** do público: Recentemente o senhor escreveu uma carta que foi lida no encerramento do Fórum de Porto Alegre, na qual o senhor dizia que nenhum partido de esquerda tem uma plataforma tão avançada quanto a Declaração dos Direitos Humanos de 1948. O que é curioso, é que parece que há um certo paradoxo, porque desde o Iluminismo as pessoas sempre acham que tudo está avançando, tudo está melhorando, então, a tecnologia, a economia e o modo de produção. Ao mesmo tempo, moralmente, talvez hoje a gente seja muito mais atrasados do que eram nossos avós, por exemplo. O senhor acha que este paradoxo, ele vem de onde? Para usar aquela categoria de análise de Trotsky, o senhor acha que a gente está entrando na era da barbárie?

**JS:** Bom, eu sinceramente creio que nunca saímos da era da barbárie. Já agora cito o que já citei aqui. O Conrad Lawrence dizia que tinha descoberto o elo entre o macaco e o ser humano. E que esse elo, somos nós. Portanto, já não somos macacos, mas ainda não somos seres humanos. Portanto, continuamos ainda na era da barbárie. O problema dos Direitos Humanos, na minha opinião, é dos partidos, e agora falo em particular dos partidos de esquerda, porque os de direita não se preocupam com estas coisas. Se dissessem assim, a partir de hoje, o nosso documento político é simplesmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não vale a pena fazer outras propostas, porque de certo modo está tudo aqui, pelo menos como projecto. Mas houve um processo ao longo de todos esses anos, digamos não de desvirtuação dos direitos humanos, mas de uma espécie de revolução dos direitos humanos. Duma revolução dos direitos humanos aos direitos políticos. Os direitos humanos são trinta. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada em 10 de Dezembro de 1948 em Nova York são trinta. E basta consultá-los, basta ver, realmente cobrem, de uma maneira bastante completa, enfim, aquilo que eu chamaria da possibilidade da dignidade humana. A dignidade humana efectivamente representada em todos os planos, materialmente, espiritualmente, de todos os modos, está ali. Mas reduziram-se os direitos humanos. A propaganda interessada nisso, reduziu os direitos

à liberdade de expressão, liberdade de formação de partido político, liberdade disto. Quer dizer, quatro ou cinco direitos, que são fundamentais, evidentemente, mas pondo de parte, ignorando totalmente, e até contrariando todos os restantes. E nós, quando se comemoraram os cinquenta anos dos Direitos Humanos em 1998, foi uma festa. Todo mundo, universidade, televisões, rádio, tudo isso, seminários, congressos, foi uma coisa absolutamente extraordinária. Quer dizer, o mundo todo estava interessadíssimo nos direitos humanos. No ano seguinte, nada. E no ano seguinte, nada. Há esperanças, bastante fundadas para que quando se comemore o centenário, haja outra vez uma grande festa. Mas aqui eu tenho que dizer, a culpa temos nós. A culpa temos nós, e não vale a pena ir à procura dos responsáveis porque os responsáveis, neste sentido de que a responsabilidade é partilhada, há uma parte grande, séria de responsabilidade que é nossa. Se permitem que eu recorde algo pessoal, quando no dia 10 de Dezembro de 1998, em Estocolmo, me entregaram o Premio Nobel, o meu pequeno discurso de agradecimento. Há dois discursos, um no dia 7 de Dezembro—porque estas datas são fixas sempre—no dia 7 de Dezembro que é uma leitura na academia sueca, em que o autor fala a princípio da sua obra, e depois no banquete, no grande banquete, mil e duzentas pessoas ou mais, um banquete que é absolutamente um espetáculo, no fundo, cada laureado tem três minutos para agradecer. E é rápido, fazem disto uma piada, faz-se humor e tal. Alguns é isto que fazem, e eu aproveitei aqueles três minutos para dizer, comemoram-se hoje os cinquenta anos sobre a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e eu pergunto, como é que estão os direitos humanos? Que responsabilidade têm os governos que não os cumprem? Que responsabilidade temos nós que permitimos que isto aconteça? E etc. etc. Três minutos não dão para muito, mas de qualquer forma deram para isto. Eles todos aplaudiram, mas estava ali representada a grande economia, a grande finança sueca com certeza, europeia também e provavelmente mundial. E acontece que me sentaram a mim neste banquete ao lado da rainha da Suécia que é uma brasileira, parte brasileira, parte alemã, que fala português correctíssimamente, é muito mais inteligente que o rei. E quando eu me sentei, ela inclinou-se para mim e disse estas palavras, enfim, que pelo menos mostram que ela tem sensibilidade, e disse: alguém tinha de o dizer. E calhou portanto de ser eu. Então, eu diria que a grande batalha para este século em que já estamos é a batalha dos direitos humanos. E não vale a pena perdermo-nos porque, de uma certa forma,

isso pode constituir uma espécie de diversão, bem intencionada evidentemente, e nos momentos ecológicos que fazem que no fundo se transformam mais ou quase sempre em seitas, pequenas seitas e quando se desenvolvem pode acontecer o que aconteceu na Alemanha em que os Verdes de repente deixaram de ser Verdes e passaram a ser, não sei de que cor, ainda fazendo política. E de certo modo parece que há uma fatalidade, o ministro dos negócios estrangeiros da Alemanha é Verde. O ministro dos negócios estrangeiros de Israel é socialista. Então, a grande batalha para este século, repito, é a batalha pelos direitos humanos. A batalha pelos direitos humanos, ou se perdem e se se perdem talvez se percam definitivamente, ou pelo menos por muito tempo, ou se ganham, e não se ganharão totalmente evidentemente porque há um problema aí que é o problema do poder que é, quem é que o tem? Até nós cidadãos, o cidadão vota, e voltamos à questão da democracia, e para quê que serve esse voto, para quê que serve esse voto? Quantos votam aqui? Quantos votam lá? E quando votam, é tão simples como isto, eu com o meu voto posso tirar um verme e pôr outro. Agora o meu voto não serve para nada para tirar uma multinacional e pôr em lugar dela uma organização efectivamente democrática. Portanto o que acontece é que o poder se nos tornou inacessível, o poder real tornou-se-nos inacessíveis, quando muito chegarmos ao primeiro ministro do governo tiramos este ou pomos outro, aí o nosso braço não vai mais alto. E o grande dilema, o grande motivo para voltar enfim à luta, seria exactamente os direitos humanos. Creio eu. E oxalá o forum social de Porto Alegre enfim, que procura seu próprio caminho, evidentemente porque reúne-se milhares de organizações, encontre uma plataforma comum. Não é fácil, mas enfim pelo menos até agora evitou-se uma ruptura que também nunca esteve no horizonte mas de qualquer forma há que criar a partir de ali ideias, e, para mim, pelo menos tal como eu entendo tudo isto, há uma coisa que está aí à mão. Que está ali, direitos humanos, a batalha é essa. E se entrarmos nessa batalha toda esta futilidade política, essa frivolidade, essa hipocrisia, tudo isso se desfaz em vento, se desfaz em vento porque temos que perceber que temos que ir ao concreto das coisas. Qual é a situação das pessoas que no caso dos direitos humanos na carta diz que tem o direito a uma educação, ou que tem o direito à assistência hospitalar e farmacêutica? [Pegue] tudo isso e vamos confrontar com as realidades. É que no fundo estamos a nos comportar em relação aos direitos humanos como se comportaram os crentes, falo dos crentes, enfim dos dez mandamentos, todos eles dizendo não faças isso, não

faças aquilo, e todos eles fazendo todos os dias aquilo, e aquilo, e aqueloutro. Chega um momento em que uma pessoa está cansada de palavras, mas de qualquer forma até para os factos, para fazer as coisas precisamos de [palavras]– o pior é quando ficamos, quando nos alimentamos de palavras, e aos outros damos palavras em vez de dar-lhes aquilo que eles de facto necessitam.

**Anna Santos:** Eu queria que você falasse um bocadinho sobre Portugal, nos livros *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e *A Jangada de Pedra*, e este problema de encontrar a identidade pessoal e nacional que têm os personagens nestes livros.

**JS:** Ai... identidade. Identidade, que é isso? Em primeiro lugar, que dizemos por identidade nacional? Se há algo que podemos chamar uma identidade nacional suponha-se que é algo que se mantém enfim não fixo mas digamos reconhecível sempre ao longo das épocas. Portanto a identidade nacional do chamado “povo português”, enfim sofrendo evidentemente as variações resultantes das mudanças sociais e tecnológicas e ideológicas e tudo isso, mas de qualquer forma reconhece-se ali [algo], que seria a identidade do povo português. Eu creio que simplesmente não existe. Eu não quero dizer que um português não seja reconhecível mesmo quando esteja, quando está, calado. Há um ano e tal, Pilar e eu estávamos em Nova Iorque, andávamos ali por próximo da Village e uma pessoa que estava conosco, uma fotógrafa que vivia ali há muitos anos, vínhamos a conversar, e ela diz “aquelas quatro pessoas que estão ali são portuguesas,” disse ela. E não tínhamos ouvido falar, não tínhamos ouvido dizer nada. “Que sim, que sim, que não, que não” e tal, e ela foi lá perguntar, não foi perguntar, dirigiu-se directamente a eles falando em português e eles responderam que eram portuguesas, portanto parece que são facilmente reconhecíveis. Mas ali havia outra coisa, é que eles eram tão portuguesas que ainda vestiam à moda de 1925 ou 1927. O chapéu enfiado pela cabeça abaixo, tudo neles era português, não português de agora, aí é que quero chegar, tal maneira tópicos do português, português típico. Se devessem levar aquele barrete que se usava antigamente seriam igualmente identificáveis, não pela cara mas, enfim, pelo barrete. Eu acho que não se dá, posso estar eu enganado, admito sempre que estou enganado, acho que não se dá suficiente atenção à questão geracional. Nós dizemos o povo norte-americano, o povo

brasileiro, o povo francês, o povo espanhol, o povo português, o povo... enfim, tudo isso e voltamos a dizer, parece que há alguma coisa chamada povo. O que há são gerações, gerações com interesses próprios, com projectos próprios, ou com total ausência deles, também enfim pode acontecer, mas de certa maneira são o que definem essa geração, não o que define, mas o que caracteriza essa geração. A geração seguinte pode estar inteiramente em desacordo com aquilo. E pode ser outra completamente diferente, então quando nós falamos "o povo português" o povo... há vinte e cinco anos, portanto em 1974 houve uma revolução em Portugal. Em quarenta e oito horas se terminou, acabou com a ditadura de quarenta e oito anos, durante um período depois da revolução em que aquele país foi outro completamente diferente daquele que tinha sido até então, quer dizer alguma coisa irrompeu que estava adormecida e que se levantou. E o quê que vemos hoje? Que o povo português de hoje não tem rigorosamente nada que ver com o povo português de há vinte e cinco ou vinte e seis anos. Não é há séculos e outros séculos, são só vinte e cinco anos, portanto são gerações. É que nos Estados Unidos também se pode falar de gerações que foram outra coisa diferente, algo diferente daquilo que os Estados Unidos é hoje, que o povo dos Estados Unidos é hoje. E em França o grande PCF, o grande partido comunista francês, heróico na resistência, e tudo isso há cinquenta e poucos anos, está reduzido hoje a 3.1%. É esta geração, as pessoas estão hoje vivas, são completamente diferentes dos ideais, para não falar da comuna de Paris, ou da Revolução Francesa, são completamente diferentes. Então, estar à procura de algo comum, no caso concreto, digamos, de França, tínhamos que nos encontrar com uns pertencentes à mesma identidade. Enfim, é uma hipótese. Pessoas ou têm ideias que estão, que se contrapõem às outras ou têm interesse àquilo que estávamos a falar à pouco, dos imigrantes: gente que sofreu as agruras da imigração mais terríveis, a ser obrigados a trabalhar em condições miseráveis, portuguesas, espanhóis e tudo isso enquanto que França está ali, dizendo, pois sim, "se queres trabalhar, faz isto, pois nós já não queremos fazer isto". E é o que acontece aqui. E agora, os descendentes desses tratam miseravelmente da mesma maneira miserável os outros que necessitam. Portanto, em primeiro lugar eu creio que há que atender mais ao factor pessoal. Quem são as pessoas? O que elas pensam? Pessoa por pessoa. Pessoa a pessoa. E em lugar de querer meter tudo dentro do mesmo caldeirão, e dizer tudo que está ali dentro é tudo a mesma coisa, vamos à procura não das semelhanças, mas das diferenças. E se encontrarmos as diferenças

talvez sejamos capazes de mudar as semelhanças naquilo que elas tiverem em dúvida aqui . Então, depois nós sabemos que a identidade nacional faz-se muitas vezes à custa de coisas pouco sérias, e como é uma coisa que se chama a tradição, os antepassados, a bandeira, o hino nacional, todas essas coisas que dependem da pessoa que as usa, que não têm valor em si. A bandeira não tem nenhum valor em si. O antepassado mais remoto da bandeira é o útero da vaca no Egito, que se passeava na ponta de um pau, o útero de uma vaca, numa cerimónia religiosa. Esse é o antepassado das varas e estrelas dos Estados Unidos, ou da bandeira vermelha e verde de Portugal, esse é o antepassado histórico: o útero da vaca. E é a custa disso, põe-se uma marcha militar desfilando aí na rua.

Transcribed by Alessandra Santos and Brent James  
Edited by Alessandra Santos and Maria Lopes